



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
CURSO DE GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MIRELA GOMES BEZERRA

**O OLHAR DO PROFESSOR ESTAGIARIO NAS PRATICAS PEDAGÓGICAS COM
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

ICÓ - CEARÁ
2022

MIRELA GOMES BEZERRA

**O OLHAR DO PROFESSOR ESTAGIARIO NAS PRATICAS PEDAGÓGICAS COM
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso submetido à disciplina de trabalho de conclusão de curso (TCC II) do curso de graduação em Educação Física do Centro Universitário Vale Do Salgado (UNIVS) a ser apresentado como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Me. Evandro Nogueira

Icó - Ceará

2022

O OLHAR DO PROFESSOR ESTAGIARIO NAS PRATICAS PEDAGÓGICAS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

THE PERSPECTIVE OF THE INTERN TEACHER IN PEDAGOGIC PRACTICES WITH SPECIAL EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT

Mirela Gomes Bezerra
Evandro Nogueira de Oliveira

RESUMO

O presente relato busca refletir através das mudanças e evoluções dos pacientes atendidos no período do estágio supervisionado com a educação especial. Afim de mostrar e apresentar o processo de desenvolvimento com um aluno específico, destacando suas necessidades, buscando trabalhá-los de forma coletiva e individual, contribuindo com a socialização e o cuidado de convivência deste aluno para com os demais. Buscando destacar tanto a importância da vivência do estágio com a Educação Especial dentro da graduação, como também, a valorização do Profissional de Educação Física, no que se refere a exploração das potencialidades humanas, trazendo maior porte de significação enquanto área de conhecimento. Nesse sentido, o trabalho busca ponderar e meditar acerca do processo vivenciado no período do estágio mencionado, a partir de um relato de experiência, apresentando as principais dificuldades e potencialidades encontradas no decorrer dos atendimentos, das práticas pedagógicas desenvolvidas no período de realização do estágio supervisionado com a Educação Especial no curso de Educação Física.

Palavras-chaves: Educação especial; estágio; atendimento; evolução.

ABSTRACT

This report seeks to reflect through the changes and developments of patients treated during the period of supervised training with special education. In order to show and present the development process with a specific student, highlighting their needs, seeking to work with them collectively and individually, contributing to the socialization and care of this student's coexistence with others. Seeking to highlight both the importance of experiencing the internship with Special Education within graduation, as well as the appreciation of the Physical Education Professional, with regard to the exploration of human potential, bringing greater significance as an area of knowledge. In this sense, the work seeks to ponder and meditate on the process experienced during the aforementioned internship, based on an experience report, presenting the main difficulties and potentialities encountered during the sessions, the pedagogical practices developed during the period of the supervised internship. with Special Education in the Physical Education course.

Keywords: Special education; Internship; attendance; evolution.

INTRODUÇÃO:

De acordo com Oliveira e Cunha (2006) “podemos conceituar o Estágio Supervisionado como qualquer atividade que propicie ao aluno adquirir experiência profissional específica e que contribua, de forma eficaz, para sua absorção pelo mercado de trabalho” (p.6). Fazendo dessa experiência, um fator indispensável para que os graduandos/discentes com base no conhecimento vivenciado em sua vida profissional acadêmica, possam integrar teoria e prática.

No que se refere à formação acadêmica do futuro professor, o estágio supervisionado torna-se o eixo central, pois, é através das vivências gestadas nesse campo formativo, que o educando tem acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção da identidade e dos saberes do cotidiano (PIMENTA e LIMA, 2004). Dessa forma, o aluno e futuro professor, estará preparando-se para pensar e refletir acerca da sua atuação docente, colocando em prática seus próprios pensamentos e ideias, pois a atividade teórica por si só não leva à transformação

da realidade, não se objetiva e não se materializa, não sendo, pois, práxis. Por outro lado, a prática também não fala por si mesma, ou seja, teoria e prática são indissociáveis como práxis (PIMENTA, 2005).

O estágio a ser explorado nesse estudo, trata-se daquele desenvolvido junto à Educação Especial, que é uma área do conhecimento e passa a ser concebida pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Nesse sentido, o papel do professor estagiário é poder enxergar em cada aluno o potencial que ele tem e assim trabalhá-lo, isto é, mediar situações de aprendizagem que impliquem a inclusão como condição essencial para a prática docente. Dessa forma, tem o propósito de oferecer uma atuação no campo profissional, onde o próprio aluno irá vivenciar e conhecer o fazer docente na educação especial.

A necessidade de vivenciar e obter conhecimento com a inclusão nos permite a reflexão da tamanha importância do processo de trabalho alinhado à Educação Especial. Dessa forma, podemos concordar com Zancan (2012), no qual se refere as experiências com estágio, afirmando que tais ações possibilita o amadurecimento dos professores em formação, por meio das vivências e experiências com saberes docentes e também pelas mediações e intervenções acadêmico-profissionais realizadas pelos formadores.

Berhens (2009) destaca a necessidade que o desenvolvimento do estágio curricular, nos cursos de graduação, dividam-se em, no mínimo, três semestres, aliando-o à prática de ensino, no qual, cada um atende a uma especificidade, esse modelo foi concebido como um avanço para a formação, pois, possibilitou atendimento efetivo das reais necessidades do licenciando no desenvolvimento de suas atividades curriculares. Nesse sentido, a integração da prática de ensino com o estágio curricular ao longo de todo o processo possibilita que o futuro professor utilize a práxis para a execução de seus planejamentos nas ações docentes.

Dessa forma, o presente relato buscará uma reflexão acerca das mudanças e evoluções dos alunos/pacientes atendidos no período do estágio supervisionado especial. Destacando o desenvolvido com os alunos, a partir das suas necessidades, trabalhando-os de forma coletiva e individual, conscientizando a socialização e o cuidado da convivência com o próximo. Focalizando assim, a importância da vivência do estágio na formação de Licenciatura em Educação Física. Deste modo, esse trabalho parte da seguinte problemática: **Quais potencialidades e/ou fragilidades que podem ser verificadas nas práticas desenvolvidas durante o estágio supervisionado na Educação Especial no curso de Educação Física?**

A partir desse questionamento inicial, o objetivo desse trabalho situa-se em refletir, a partir de um relato de experiência, sobre as principais dificuldades e potencialidades

encontradas nas práticas pedagógicas desenvolvidas durante o estágio supervisionado na Educação Especial no curso de Educação Física

METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo, pois há explanação de experiências vivenciadas e conceituadas. Glazier & Powell (2011) mostram que a melhor maneira de entender o que significa pesquisa qualitativa é definir o que ela não é, ou seja, ela não é um conjunto de procedimentos que depende fortemente de análise estatística para suas inferências ou de métodos quantitativos para a coleta de dados. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por uma natureza de significado de motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, no qual corresponde a um espaço bem mais profundo das relações, dos processos e do fenômeno que não pode ser reproduzido a operacionalização de variáveis, além disso a pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não pode ser quantificado centrado na compreensão e explicação da dinâmica das relações sócias (MINAYO 2001).

Trata-se, ainda, de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência discente no estágio com educação especial, no curso de graduação de Licenciatura em Educação Física. Tal experiência ocorreu no município de Icó-ceara, no período de março a julho de 2022. Entende-se o relato de experiência, como a apresentação de uma reflexão sucinta, a partir de uma organização estruturada pelo próprio formador, no qual possa analisar aspectos que considere significativos na evolução de sua prática docente, indicando os aspectos positivos e as dificuldades identificadas na organização e no desenvolvimento da aula, os resultados e outros elementos que julgar pertinentes.

Para análise das informações optamos pela análise de conteúdo, que Segundo Bardin (2011, p.15), é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Nesse sentido é definido na obra os critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. O tratamento dos resultados compreende a codificação e a inferência. Descreve, por fim, as técnicas de análise, categorização, interpretação e informatização.

Assim, a análise de conteúdo é uma leitura “profunda”, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo.

REVISÃO DE LITERATURA

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DOS DOCUMENTOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nas últimas décadas, muitos países têm passado por significativas transformações referentes à políticas e práticas voltadas à educação inclusiva. No Brasil, as principais mudanças foram decorrentes da publicação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006.

A Política nacional de educação especial, criada pelo governo federal brasileiro em 2008, na perspectiva da educação inclusiva é um importante marco regulatório para a garantia da matrícula das pessoas com deficiência na escola comum. De acordo com o documento regulatório, a educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola, eliminando barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, por meio do atendimento educacional especializado (AEE).

Já a lei brasileira de inclusão (LBI), em vigor desde 2016, também conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada. A lei traz ainda uma série de inovações na área da educação, como: multa e reclusão a gestores que neguem ou dificultem o acesso de estudantes com deficiência a uma vaga, proibição de cobrança de valor adicional nas mensalidades e anuidades para esse público e a oferta de um profissional de apoio quando necessário.

No que se refere à integração social das pessoas com deficiência, tem-se a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de (1989), que define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

A educação especial por sua vez, com o passar do tempo foi beneficiada em alguns aspectos com o desenvolvimento científico e técnico. Dentre eles, a criação de escolas para deficientes; a tentativa de encontrar métodos de tratamento e com o desenvolvimento científico e técnico. Dessa forma, a Educação Especial passou a contar com métodos de avaliação e

tratamento, começando a fundamentar princípios norteadores, tendo a normalização como um de seus principais.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com deficiência, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). No entanto, ainda hoje é possível sentir uma necessidade de suporte maior acerca dos atendimentos ao aluno com deficiência, cujo o mesmo não é feito de maneira adequada, logo de uma certa forma, esse fato acaba aumentando e possibilitando as chances de sua exclusão no sistema educacional.

2. SABERES DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quando falamos em Educação inclusiva, demanda de nós uma atenção maior para todo sistema educacional, sobretudo para a formação docente e as implicações das políticas públicas de educação sobre o fazer pedagógico destes profissionais. Segundo Coelho (2012), “O papel do professor como agente da socialização tem sofrido relevantes modificações devido à transformação do contexto social, o que causou um aumento substancial das suas responsabilidades.” (Coelho, 2012, p.72).

No que se refere à formação do professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), as indicações da referida resolução são bastante genéricas. Conforme a resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, “O professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial”. Pode-se supor que essa formação específica será bastante diversificada, considerando as potencialidades de formação e os quadros existentes nos diferentes estados brasileiros.

Medeiros e Bezerra (2016, p.21), ressaltam que “(...) há um percurso profissional que não limita o processo de formação docente ao momento de sua formação inicial” deixando clara a importância de o professor assumir seu papel como protagonista apoiado em pressupostos teóricos e metodológicos que legitimem seu repertório científico concretizando essa formação baseada no saber-fazer. Altet (2001, p.34) reforça que a formação “(...) deve propor dispositivos variados e complementares que desenvolvam o saber-analisar, o saber-refletir, o saber-justificar, através de um trabalho do professor sobre suas próprias práticas e experiências.”

Quando se trata de educação inclusiva essa reflexão se faz ainda mais urgente, pois exige do profissional que vai atuar, sensibilidade e abertura para novas experiências, visto que

a formação continuada está sendo a estratégia mais utilizada para formar os professores que atuam diretamente com os alunos da educação especial, o que torna essa reflexão ainda mais importante.

Dessa forma, trabalhando a partir dos princípios conceituais de saberes, trazemos a contribuição de Tardif (2002, p.60) que assume que a noção de saber compreende:

[...] os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes, ou seja, aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, saber-fazer e de saber-ser [diz, ainda] Essa nossa posição não é fortuita, pois reflete o que os próprios professores dizem a respeito de seus saberes”.

Outro aspecto a considerarmos está na temporalidade dos saberes, até porque o autor afirma que o professor se baseia em sua “[...] ‘experiência vivida’ enquanto fonte viva de sentidos a partir da qual o próprio passado lhe possibilita esclarecer o presente e antecipar o futuro” (TARDIF, 2002, p. 66).

Tardif (2002) classifica os saberes dos professores como: saberes pessoais do professor; saberes provenientes da formação escolar anterior; saberes provenientes da formação profissional para o magistério; saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola. O autor identifica ainda, as fontes sociais de aquisição desses saberes, bem como os modos de integração no trabalho docente. Defende a tese de que “o desenvolvimento do saber profissional é associado tanto às suas fontes e lugares de aquisição quanto aos seus momentos e fases de construção” (TARDIF, 2002, p. 68).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: INTERVIR PARA APRENDER

As informações analisadas neste trabalho surgiram a partir da intervenção realizada no Estágio Supervisionado IV do Curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Esse estágio, especificamente, está voltado á prática docente em espaços de Educação formais ou informais que trabalhem com Educação Especial, como bem define a ementa da disciplina.

Investigação e contato com a realidade do profissional Licenciado em Educação Física. Elaboração do planejamento de intervenção de estágio na Educação Especial. Vivência e aplicação da prática pedagógica em contextos não escolares tais como APAE, CAPS e outros equipamentos ou associações voltadas à pessoas com deficiência. Plano de trabalho, planejamento, organização, execução e avaliação. Relatório. Intervenção supervisionada e orientada. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2021).

Neste trabalho, nos debruçaremos no relatório de estágio produzido a partir das intervenções realizadas com uma aluna, que receberá o nome fictício “Lua”. Lua é uma mulher jovem de 25 anos de idade, diagnosticada com deficiência cognitiva, principalmente em compreensão verbal, de leitura e linguística, incluindo resolução de problemas, memória, dentre algumas dificuldades motoras. Dentre as observações e perguntas feitas à aluna, foi possível identificar que Lua é bastante calma, tranquila, simpática, que gosta de se comunicar e expressar a forma como está se sentindo, a paciente mostrou no decorrer da conversa uma boa comunicação e ressaltou gostar muito de se movimentar e experimentar atividades novas que lhe chamem atenção. Diante a conversa com a aluna, foi citada algumas atividades locomotoras como; andar, pular, sentar, correr, segurar, desviar, agachar, entre outras. Em todas as atividades citadas, a aluna descreveu de acordo com sua compreensão, saber realizar cada uma delas. Dessa forma, essas informações foram analisadas conforme o acompanhamento da paciente “Lua”.

Ao longo do atendimento, foi possível notar dificuldades nos aspectos psicomotores da aluna, como controlar as movimentações de seu corpo, realizar movimentos de agilidade, percepção espacial, temporal, equilíbrio, assim como as atividades manipulativas, onde se destaca também o desenvolvimento da motricidade grossa e fina, destacando a motricidade fina como uma das maiores dificuldades da paciente “Lua”.

De acordo com o que a literatura relata, a motricidade fina está relacionada à habilidade de controlar um conjunto de atividades de movimento de certos segmentos do corpo com emprego de força mínima e com capacidade de administrar os músculos pequenos do corpo (ROSA NETO, 2002; GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013).

3.1. ENTRE DIFICULDADES E SUPERAÇÕES: A VIVÊNCIA DO ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, O CASO DE LUA

Diante o acompanhamento com a paciente Lua, foi observado que a mesma apresenta déficit nos aspectos cognitivos, dentre eles; dificuldade na aprendizagem, no entendimento das atividades, que de acordo com sua idade cronológica, o processamento de informações deveria ser mais imediato. Podemos entender que há um “atraso cognitivo”, isso se refere a qualquer deficiência que afete os processos mentais. De acordo com o manual de transtornos Mentais [DSM 5014, p.33], produzido pela American Psychiatric Association, define que “Deficiência Intelectual” (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com

início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativo, nos domínios conceitual, social e prático”.

Ainda de acordo com o DSM-5 (2014), a deficiência Intelectual deve ser especificada de acordo com sua gravidade como: leve, moderada, grave, profunda. Essa definição se dá com base no funcionamento adaptativo e não apenas em escore do quociente de inteligência (QI) sendo necessária para a realização do diagnóstico a observação de três aspectos conceituais: domínio conceitual, domínio social e domínio prático.

Nesse sentido, podemos definir que a deficiência intelectual e atraso cognitivo são conceitos diferentes, mas ambos são usados para definir uma pessoa com limitações no funcionamento mental e em habilidades sociais, de comunicação e autocuidado. Concordando com Moreira e Lima (2011), quando afirmam que essas limitações fazem com que o indivíduo se desenvolva e aprenda mais lentamente ou de maneira diferente do que uma criança com desenvolvimento típico. Deste modo, podemos dizer que a deficiência intelectual as vezes pode ser causada por genes anormais herdados dos pais, erros na combinação dos genes ou outros motivos mais complexos.

Dessa forma, foi possível perceber no decorrer dos atendimentos a escala de gravidade da paciente “Lua”, através das observações no que se refere a dificuldade ou facilidade para se adaptar em termos conceituais, sociais e práticos. Ou seja, se existe dificuldade para desenvolver autonomia pessoal, responsabilidade e comunicação social.

No domínio conceitual foi analisado se a aluna tem compreensão de uma linguagem simbólica, compreensão do uso do tempo, do dinheiro, das funcionalidades do corpo e seus membros, entre outros. Referente ao domínio social, foi analisado as habilidades de socialização da paciente, afim de observar com quem ela consegue se socializar, o modo como ela faz isso, e as ferramentas sociais que é capaz de utilizar para se expressar. Já no domínio prático, foi analisado as habilidades de cuidado pessoal, como higiene, o desenvolvimento das habilidades motoras, destacando as habilidades manipulativas (arremessar, chutar, pegar), locomotoras (correr, saltar, rolar), e de estabilização (equilibrar-se sobre uma perna ou sobre uma barra de equilíbrio). (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013; RUDD et al., 2015).

O domínio das habilidades motoras fundamentais é essencial para o desenvolvimento motor. Essas habilidades irão compor o repertório motor do indivíduo e servirão como base para o desenvolvimento de habilidades motoras especializadas, momento onde as habilidades motoras fundamentais são refinadas e combinadas para a realização de movimentos complexos, em atividades do cotidiano ou esportivas (AKBARI et al., 2009; EATHER et al., 2018).

Nesse sentido, o Transtorno do desenvolvimento intelectual da paciente “Lua” destacou-se em nível moderado, onde as habilidades conceituais durante seu desenvolvimento, são alcançadas lentamente, assim como a linguagem e as atividades pré acadêmicas. O julgamento social e a capacidade de tomar decisões são limitados, o indivíduo é capaz de dar conta das necessidades pessoais envolvendo alimentar-se, vestir-se, eliminações e higiene como adulto, ainda que haja necessidade de período prolongado de ensino e de tempo para que se torne independente nessas áreas. Ressaltando que uma variedade de habilidades recreacionais podem ser desenvolvidas, assim como atividades motoras de raciocínio lógico.

Vale ressaltar que a paciente Lua, chegou ao atendimento com bastante dificuldade de ler, escrever, identificar as cores e formas, memorizar as coisas no lugar, dificuldade em saltar e equilibrar-se em uma única posição, assim como sua coordenação motora, adentrando as noções de tempo e espaço, dificuldades nos aspectos psicomotores, como controlar as movimentações de seu corpo, realizar movimentos de agilidade, percepção espacial, temporal, equilíbrio.

Sobre a psicomotricidade podemos compreender que a mesma, contribui de maneira expressiva para a formação e estruturalização do esquema corporal e tem como objetivo principal incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida do indivíduo. Nesse sentido, a psicomotricidade é fundamental para a aprendizagem do indivíduo, sendo a mesma responsável por todos os movimentos realizados pelo aluno, inclusive movimentos essenciais para a escrita, como por exemplo, a coordenação motora fina, e a discriminação visual e auditiva (PINHO, DONIZETE & COLEVATI, 2009).

Deste modo, podemos afirmar que a educação psicomotora deve ser considerada como uma educação básica, pois a mesma desenvolveu e estimulou ainda mais o processo de descoberta e aprendizagem no que se refere ao acompanhamento da paciente “Lua”, sendo a psicomotricidade uma área de conhecimento que ajudou na superação dessas dificuldades encontradas e vivenciadas pela aluna. Nesse sentido, podemos compreender que “Lua” ao longo de sua vida, veio lhe dando com todas essas dificuldades, sem que houvesse uma intervenção profissional para tratar de tais complicações, até chegar ao atendimento do estágio mencionado neste trabalho, com o suporte do Profissional de Educação Física.

Se entendemos que ser competente é ter a capacidade de agir, mobilizando conhecimentos e habilidades com vistas à tomada de decisão e resolução de problemas diante de uma realidade complexa, precisamos de ferramentas pedagógicas que oportunizem ao estudante a experiência de agir a partir do conhecimento estudado. Nesse sentido, é importante deixar que o aluno resolva a atividade proposta sozinho, a partir da explicação repassada,

deixando que o aluno erre e refaça quantas vezes for preciso, se assim ele desejar. Pois é a partir da motivação do professor que o aluno na maioria das vezes se encoraja e se permite a tentar.

A partir desse pensamento construído na vivência do estágio, foi que a paciente “Lua” começou a apresentar uma evolução maior em seu desenvolvimento motor e psíquico, conseguindo ter a autonomia e confiança de tentar realizar a atividade proposta sozinha, sabendo ela que estaríamos presente caso ela precisasse. Ou seja, Lua compreendeu que se ela não tentasse, ela não saberia se conseguiria ou não, compreendeu o motivo pelo qual ela estava inserida nos atendimentos, conseguindo perceber que a prática continua lhe faria melhorar. A mesma começou a ter consciência de quando errava em sua execução, tendo a capacidade de pedir ajuda, explicações, e até mesmo que executássemos para ela ver a forma estava fazendo.

O diálogo entre o ensino, as ferramentas pedagógicas e avaliação da aprendizagem têm um papel importante na construção do conhecimento do aluno, bem como integrar uma educação de qualidade e eficiência. Tal maestria é fundamentada por Paulo Freire (2014) ao divulgar sua obra “Pedagogia da Liberdade”, que usa ferramentas pedagógicas que incentivam a criatividade do sujeito, valorização do conhecimento prévio e suas formas peculiares de aprendizagem.

3.2. CAMINHANDO COM LUA: PROCESSOS DE INTERVENÇÃO

Ao longo do acompanhamento com a paciente Lua, foi possível observar sua constante evolução na realização das atividades propostas, destacando suas potencialidades já existentes e as que conseguiu adquirir no decorrer dos atendimentos. Ressaltando que todo o processo de ensino aprendizagem foi construindo e adaptado especificamente para o tratamento da paciente, utilizando e recriando ferramentas pedagógicas que fossem compatíveis e agradáveis à aluna.

Dessa forma, a partir do exercício de refletir sobre o processo de ação-reflexão-ação docente, isto é, pensar na atividade a partir daquilo que foi encontrado como dificuldade e que neste momento tentaremos lançar algumas estratégias utilizadas no processo de superação.

Destacando sua dificuldade de ler e escrever, em uma determinada atividade, Lua foi reescrevendo a partir das letras pontilhadas na folha branca para cobrir, ligando os pontos para formar a letra e a partir dessa identificação, foi conseguindo pouco a pouco formar seu nome e sobrenome, com o auxílio da professora/estagiária. Destacando que a paciente apresentou melhora no pronunciamento e reconhecimento das letras em nossa 4ª aula, sem errar nenhuma delas.

É importante perceber que as características específicas e peculiares da Deficiência Intelectual requerem situações de aprendizagem diferenciadas, com uso de diferentes ferramentas e estratégias pedagógicas. Nesse sentido, podemos concordar com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007, p. 17), no qual afirma que:

(...) o atendimento educacional especializado tem como função; identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Outro momento muito importante no processo de intervenção durante o estágio foi o trabalhado com a musicalização e desenvoltura da coordenação motora com o ritmo do forró, ritmo que, inclusive, foi sugerido pela aluna. Nesse processo, a paciente Lua apresentou algumas dificuldades em associar as movimentações com o ritmo musical mencionado, porém com as estratégias pedagógicas utilizadas no decorrer da aula, no que se refere a repetição e explicações acentuadas e detalhadas com exemplificações do cotidiano da aluna, utilizando para facilitar coisas que a aluna já conhecia, como por exemplo bater numa panela com uma colher, como não tínhamos panela na sala de aula, utilizamos sua garrafa de água, o som que emitia era como a percussão da música, em seguida fomos acrescentando a marcação dos movimentos dos pés, conforme a batida na garrafa. Dessa forma, a aluna foi compreendendo o ritmo e os movimentos, aprendendo a unificá-los, seguindo a batida da garrafa que era como a música, com os movimentos dos pés.

Por esta razão, nos debruçamos sob o olhar do educador Paulo Freire em seus primeiros escritos, datados da década de 70, quando trata de pensar criticamente na educação como uma forma de ser e de estar no mundo em que vivemos, como uma maneira de “impregnar sentidos em cada ato do cotidiano” (GADOTTI, sobre Paulo Freire, s/d).

Nesse sentido, a aluna foi mostrando ao final da aula melhorias na coordenação motora ritmada, conseguindo executar uma pequena sequência coreográfica de forró com os movimentos apresentados na aula, associando as noções de tempo e espaço. Deste modo, é possível perceber que dançar é a arte de traduzir-se em movimentos, que há muito tempo vem sendo experimentada e à qual vem sendo dado um novo significado. É experimentada na busca pelo entendimento mútuo entre os indivíduos e seus movimentos, no entendimento das relações

entre o eu e o outro, do espaço e tempo, do corpo e do ritmo. É a percepção da sensação de cada gesto e sua intenção. (THON E CANTORANI, 2012. p. 60)

Podemos destacar que em termos pedagógicos a dança é analisada como um instrumento de aprendizagem, no entanto é muito reducionista se pensar na dança apenas como um modo lúdico de aprender algum conteúdo. Em vez disso, pode-se pensar em experiências interdisciplinares, ou seja, tratar um mesmo conteúdo ou tema a partir de dois ou mais campos de conhecimento, sendo um deles a dança. Nessa perspectiva o enfoque muda completamente. (FALKEMBACH, 2012. p. 66).

Desde o início aos atendimentos, a paciente relatou que um de seus maiores sonhos era aprender a ler e escrever seu nome completo, pois a mesma sabia apenas escrever seu primeiro nome e sua leitura não era fluente. Nesse sentido, foi criada uma rotina de aula, sendo que todo o início e final de aula, a aluna realizava dinâmicas que envolvessem o pronunciamento e reconhecimento das letras de seu nome, tentando sempre avançar para a escrita dos dois últimos nomes, a qual a aluna até o momento não havia desenvolvido.

Contudo, é possível identificar grandes avanços da paciente ao longo dos atendimentos, como a melhora de sua agilidade, conseguindo obter controle mais prolongado das partes de seu corpo, movendo-se com mais rapidez e soltura. Melhora em seu equilíbrio, mantendo-se estável na realização de atividades coordenadas, que inclusive não conseguia realizar com tamanha eficácia ao início dos atendimentos. Destacando também, um de seus maiores desejos desde o início, que era aprender a ler e escrever seu nome completo, nesse sentido, em cada aula foi realizado um trabalho de leitura, escrita e reconhecimento das letras em geral, bem como o domínio da sua coordenação motora fina. Ressaltando que ao longo da intervenção, a aluna conseguiu ler e escrever seu nome completo corretamente.

Dentre os avanços da paciente Lua, destacamos a relevância do profissional de Educação Física nesse processo de evolução, no acompanhamento das atividades, aprimoramento das habilidades, meios de socialização, na contribuição do desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor. Afinal, como afirma Aguiar e Duarte (2005), “É por meio das atividades de educação física que os alunos podem ampliar esses contatos interpessoais, já que as atividades físicas propiciam o ensino de limites e superações, além de dar uma visão de competitividade e, também, a ter contatos físicos que são propostos pelas dinâmicas das práticas educativas que valorizem a diversidade e o respeito entre os alunos”.

De acordo com Darido (2008), a educação física, integra o aluno na cultura corporal, ajudando na formação cidadã, para que este possa reproduzir e até mesmo transformar essa cultura. Segundo o mesmo autor, a prática da educação física tem um papel de desenvolver

aspectos individuais e coletivos, além de trabalhar o desenvolvimento motor, a aptidão física e o bem-estar social. Dessa forma, é possível notarmos através do relato das fragilidades e potencialidades citadas anteriormente, que as experiências vivenciadas foram proporcionadas em conciliação as expectativas e necessidades da paciente Lua, atentando-se sempre aos feedbacks da aluna após o termino de cada aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a Educação Especial no Estágio Supervisionado na formação do professor de Educação Física viabiliza a construção do conhecimento de forma transversal e transformadora, feito através da valorização do diferente e pela exploração das potencialidades humanas, e que tomam como base as teorias e práticas docentes sensíveis e direcionadas ao desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. O Estágio Supervisionado, aqui analisado, pode ser concebido como um modelo pedagógico capaz de (re)significar a Educação Física enquanto área de conhecimento, isto é, para além da recreação (que possui o seu valor), mas também como um espaço de desenvolvimento humano, capaz de formar sujeitos ativos, autônomos e críticos.

A proposta de Estágio Supervisionado adotado pelo curso de Educação Física, aqui analisado, sintetiza, em suma, um grande avanço no que se refere ao trato com a Educação Especial, tratada, muitas vezes, de forma isolada e sem aplicações práticas. Assim sendo, acreditamos que tal organização, possibilita aos estudantes a buscarem e vivenciarem atividades diversas que desempenharão papel central em suas futuras atividades docentes.

Nesse sentido, é possível afirmar que os atendimentos ajudaram e melhoraram a qualidade vida da paciente, contudo, para um avanço ainda maior, sanando as demais dificuldades, é necessário dar continuidade a esse processo de acompanhamento, visto que, infelizmente, são poucas os espaços de saúde que realmente tem devidas condições para dar esse suporte. Dessa forma, podemos assim enfatizar a importância de mais programas que incentivem e acolham a educação especial.

REFERENCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION -APA. (2014) “Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5”. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, p, 34.
- AKBARI, H. et al. The effect of traditional games in fundamental motor skill development in 7-9 year-old boys. *Iranian Journal of Pediatrics*, v. 19, n. 2, p. 123–129, 2009. Disponível em: <http://www.bioline.org.br/pdf?pe09019> Acesso em: 19 ago. 2019
- AGUIAR, T. F. V. Procedimentos didáticos metodológicos utilizados pelos professores da APAE no processo de alfabetização dos alunos portadores de deficiência mental moderada. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal de Uberlândia, não publicada concluída em 28/03/2002
- BEHRENS, Glauco Jalmey. Os movimentos do estágio curricular supervisionado de um curso de educação física: reflexões para a formação docente. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNIVALI, Itajaí, 2009.
- [BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.]
- BERGAMO, Regiane Banzzatto. Educação especial: pesquisa e prática. Editora Ibepex, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Declaração de Salamanca, Brasília, 1994.
- FALKEMBACH, Maria Fonseca. Quem Disse que não Tem Espaço para a Dança na Escola? In: FERREIRA, Taís. FALKEMBACH, Maria Fonseca. Teatro e Dança nos Anos Iniciais. Porto Alegre: mediação, 2012
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GLAZIER, J. D. & POWELL, R. R. (2011) *Qualitative research in information management*. Englewood: Libraries Unlimited.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 101-119, 2013.
- GONÇALVES, C. Educação Física: Ler e escrever também com o corpo em movimento. In: Neves, I. C. B., Souza, J. V., Schäffer, N. O., Guedes, P. C., e Klüsener, R. (Organizadores). *Ler e escrever Ler e escrever*: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRS, 45-62, 2000.
- LAZZERI, F. (2014). A conceptual difficulty with some definitions of behavior. Em *Tópicos de filosofia contemporânea*. Anais do 8º Simpósio Internacional Principia.
- MEDEIROS, L.M.B; BEZERRA, C. C. (2016). Algumas considerações sobre a formação continuada de professores a partir das necessidades formativas em novas tecnologias na educação. In. Sousa, R. Pequeno de. et.al.(Orgs.) *Teorias e práticas em tecnologias educacionais*. – Campina Grande: ADUEPB. 227p.
- MAGALHÃES, R. C. B. P. (2002). Traduções para as palavras diferença/deficiência: um convite à descoberta. In: Magalhães, R. C. B. P. (Org). *Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial*. Coleção Magister. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/Ed. UECE. p.21-23.
- OLIVEIRA, ELOIZA DA SILVA GOMES DE; CUNHA, VERA LÚCIA. O estágio Supervisionado na formação continuada docente a distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades. Publicación en línea. Murcia (España). Año V. Número 14.- 31 de Marzo de 2006. Disponível em < www.um.es/ead/red/14/oliveira.pdf > Acesso em 10.04.2008.

- PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PINTO, M. DAS G. G. (2010). O lugar da prática pedagógica e dos saberes docentes na formação de professores; - doi: 10.4025/actascieduc.v32i1.9486. *Acta Scientiarum. Education*, 32(1), 111-117.
- PAULINO, BELISTER ROCHA. "Movimento, arte e expressividade: uma proposta de dança educativa para alunos com deficiência intelectual." (2017).
- ROSA NETO, F. Manual de avaliação motora. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVA, M. S. DA. (2016). SABERES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES: OS SABERES PROFISSIONAIS DOCENTES E A FORMAÇÃO ACADÊMICA.
- SOUSA, KELLY CRISTINA . A formação docente para a educação especial e a prática profissional do professor. 2017. Tese de Doutorado.
- TODOROV, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3, 32-37.
- THON, Bárbara Machuca. CANTORANI, José Roberto Herrera. Um olhar sobre a Dança Contemporânea e a sua Relação com o Self. *Faculdades Integradas de Itararé - FAFIT-FACIC. Itararé - SP - Brasil v. 03, n. 02, jul./dez. 2012, p. 59-69.*
- ZANCAN, Silvana. Estágio curricular supervisionado e qualidade da formação do licenciado em educação física. 2012. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. PUCRS, Porto Alegre, 2012.